

NEC Latin America S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanço patrimonial	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstrações de resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Os Administradores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício que se encerrou em 31 de dezembro de 2014.

Aspectos econômicos e financeiros

O resultado da NEC Latin America S.A. em 2014 manteve-se negativo, mas com redução do prejuízo no período e discreto aumento nas vendas. As vendas líquidas atingiram R\$ 424 milhões em 2014, frente aos R\$ 410 milhões de 2013. Destaque para o volume de vendas no novo segmento de Cinema Digital, que em seu primeiro ano somou R\$ 24 milhões.

O prejuízo líquido da Companhia atingiu R\$ 40 milhões em 2014, frente ao prejuízo líquido de R\$ 56 milhões em 2013. Em 2014, houve grande melhoria no resultado operacional, com diminuição do prejuízo de quase R\$ 52 milhões para perto de 24 milhões. A melhoria foi proporcionada basicamente pelas reduções nas despesas. Entretanto, a companhia viu aumentar suas despesas financeiras em mais de R\$ 11 milhões devido ao crescimento do endividamento bancário e elevação das taxas de juros.

Novas medidas para melhorar ainda mais o desempenho operacional da companhia estão em curso. Uma profunda reestruturação organizacional, nova racionalização na utilização dos recursos, diminuição das despesas e ações para melhoria nos custos dos produtos estão em fase final de implantação. A expectativa para o próximo período é de se obter lucro operacional e, descontados os custos associados com a reestruturação, equilíbrio no resultado final. Revisão de parte da estratégia, focando em negócios mais rentáveis, concentração da maior parte dos colaboradores em apenas um site com a devolução do segundo espaço locado, renegociação de custos logísticos e de outras despesas diversas são algumas das ações já concluídas. A nova estrutura organizacional já estará operando no início do próximo período e a readequação dos quadros deve estar finalizada já nos primeiros meses.

A volta ao equilíbrio no resultado econômico e renegociação nas condições financeiras de contratos deve proporcionar melhoria na situação de caixa.

A conjuntura nacional

A prévia do PIB divulgada pelo Banco Central indicou uma retração de 0,15% no PIB em 2014.

Os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o PIB do quarto trimestre do ano passado, e também de todo ano de 2014, serão divulgados somente no fim de março.

Já a taxa Selic iniciou 2014 em 10% e encerrou em 11,75%, pressionada pela necessidade do Banco Central em controlar a inflação IPCA, que fechou em 6,41%, o maior valor desde 2011.

Para 2015 as últimas previsões indicam um crescimento negativo do PIB de 0,66% e inflação IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de 7,77%. Se confirmados estes dados a economia brasileira passará pelas condições mais severas dos últimos anos. O mercado trabalha com previsão de Taxa de câmbio (R\$/US\$) para o fim de 2015 girando em torno de 2,95.

O mercado das Telecomunicações e da Tecnologia da Informação

Em 2014 o faturamento nominal do setor de infraestrutura de telecomunicações decresceu 5% na comparação com 2013, segundo a Abinee. As exportações dos Segmentos de Telecomunicações e Informática registram redução de 38% e 25%, respectivamente, devido à retração dos mercados nos países da América Latina. As importações também sofreram queda de 4%, em função da retração do mercado interno.

Os primeiros dados de 2014 mostravam a possibilidade de um ano positivo para o setor, no entanto, após o primeiro trimestre a realidade demonstrou sinais contrários. Os investimentos produtivos sofreram a influência do desequilíbrio da economia do país, a partir do aumento da inflação, que passou a gravitar, persistentemente, próximo do teto da meta estabelecida pelo governo. Também afetou a atividade econômica, a Copa do Mundo, que paralisou o mercado nos meses de junho e julho, tendo sua retomada somente no último trimestre do ano.

A desvalorização cambial, estimada em cerca de 8% para este ano, não foi suficiente para alavancar as exportações do setor. Por sua vez, as importações de produtos elétricos e eletrônicos caíram 4%, em 2014, na comparação com 2013, passando de US\$ 43,6 bilhões para US\$ 41,9 bilhões. Observou-se que as importações de Componentes Elétricos e Eletrônicos ficaram no mesmo nível do ano passado, apesar do crescimento de 7% nas importações de componentes para telecomunicações.

O segmento de telecomunicações móvel continuou sua trajetória de crescimento alavancado pela implementação das redes 3G e 4G, pelo mercado de terminais celulares, e pelo contínuo desenvolvimento do mercado de banda larga. O Brasil encerrou 2014 com 280,73 milhões de linhas ativas na telefonia móvel, alta de 3,55 por cento sobre dezembro de 2013, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Desse total, os acessos pré-pagos totalizaram 212,93 milhões (75,85 por cento do total) e os pós-pagos, 67,8 milhões (24,15 por cento).

De acordo com a Anatel, o Brasil possuía em dezembro 6,76 milhões de acessos móveis LTE (de quarta geração) ante 1,31 milhão de linhas ativas 4G sobre um ano antes. O país fechou o ano de 2014 com 192 milhões de acessos em banda larga, um crescimento de 44% em relação a dezembro de 2013. Segundo levantamento da Associação Brasileira de Telecomunicações (Telebrasil), 58,3 milhões de novos acessos foram ativados no ano passado.

A banda larga móvel, pelas redes de 3G e 4G, liderou a expansão dos acessos à internet, fechando dezembro com 167,8 milhões de conexões. Somente no ano passado, 56 milhões de novos acessos em banda larga móvel foram ativados, o que representou um crescimento de 51% frente a 2013. A expansão também se deu na cobertura das redes de banda larga móvel, que cresceu 10%, com a ativação de 362 novos municípios em 2014, praticamente um novo município por dia. Ao todo, as redes de terceira geração estão instaladas em 3.838 municípios, onde moram 92% dos brasileiros.

A tecnologia de quarta geração, que permite velocidade de conexão à internet até dez vezes mais rápida que a 3G, já conta com 6,8 milhões acessos. O 4G já chega a 147 cidades, que concentram 42% da população brasileira.

Na banda larga fixa, os acessos somaram 24,2 milhões no fim de 2014. Desse total, 2 milhões de conexões foram ativadas só no ano passado, apresentando crescimento de 9% no período. É por meio dessas infraestrutura que as concessionárias atendem com banda larga gratuita a mais de 66 mil instituições públicas de ensino fundamental e médio, pelo programa Banda Larga nas Escolas.

A banda larga no Brasil tem apresentado uma evolução significativa nos últimos cinco anos, período em que cresceu nove vezes, passando de 22 milhões para 192 milhões de acessos. A quantidade de novos acessos ativados a cada ano também aumentou. Em 2010, foram 14 milhões e, no ano passado, 58 milhões. Esta evolução demonstra o papel fundamental das telecomunicações do Brasil na inclusão social de número cada vez maior de brasileiros.

Destaques e perspectivas futuras

Estima-se que a população mundial supere a marca de mais de 9 bilhões de pessoas até 2050. Mesmo agora, o crescimento explosivo da população impõe sérios desafios nas áreas de alimentos, energia, recursos naturais, aquecimento global, desastres naturais, desigualdades regionais e infraestruturas obsoletas. Para criar um futuro melhor, no qual as pessoas possam ter uma vida mais sustentável, a sociedade deve buscar formas de resolver esses problemas, considerados urgentes.

O *know-how* e a tecnologia que a NEC acumulou ao longo de seus mais de 100 anos de história de inovação podem fazer uma diferença genuína na sociedade. A Companhia está comprometida com a utilização da TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação) de vanguarda para resolver diversos problemas sociais, ajudar o mundo a superar seus desafios e desenvolver um futuro sustentável.

Em 2014, a NEC consolidou a oferta de soluções para Arenas, que foram palco dos jogos da Copa do Mundo FIFA de Futebol no Brasil. A Companhia teve um papel fundamental na preparação das arenas, garantindo a integração das tecnologias da informação embarcadas nestas instalações multisserviços.

Destaca-se também o fortalecimento da NEC no mercado de Cinema, com sua oferta de projetores digitais e serviços profissionais.

De uma forma geral, as telecomunicações e a tecnologia da informação são segmentos de destaque para sustentar o crescimento do Brasil por meio de ofertas que fortaleçam o mercado empresarial tornando-nos cada vez mais competitivos.

Nesse contexto, as operadoras deverão continuar os investimentos em plataformas de serviços para as redes 3G e também 4G/LTE. Essas redes, por sua vez, demandam investimentos de rede, como rádio, redes ópticas e redes IP. Além destes segmentos, as principais operadoras começaram a considerar os serviços de vídeo (DTH, cabo) como sendo uma das apostas para complementar a receita, melhorar a competitividade e reduzir as baixas nas carteiras de assinantes das operadoras de telefonia (*churn*). Tecnologias voltadas ao aumento de qualidade das infraestruturas de telecomunicações também devem entrar definitivamente na agenda das grandes operadoras de telecomunicações, como SmallCell, OSS/BSS, SDN/NFV, além de virtualização, Cloud Computing e Big Data.

Já no ambiente corporativo, espera-se pela a consolidação das soluções de VoIP, com potencial de redução de custos, e pela mesma razão, a tendência de adoção de soluções hospedadas e virtualizadas para Telecom e TI, com o amadurecimento do conceito de Computação em Nuvem (*Cloud Computing*) e Big Data.

Neste cenário de mercado, a proposição de valor da NEC Latin America S.A. é o de ser uma companhia provedora de soluções que visa ajudar a construir a plataforma de informação e comunicação que suportará a futura sociedade da informação.

No que se refere à Responsabilidade Social Corporativa e Governança, a Companhia continua a aumentar os esforços nos seus processos e controles internos de forma a adequar as operações às recomendações das boas práticas de governança corporativa, garantindo maior transparência e integridade de dados e informações, além da eficiência na busca de maior competitividade, bem como em soluções ecologicamente sustentáveis alinhadas com o conceito de *Green IT*, oferecendo soluções de alto desempenho e baixo consumo energético.

Agradecimentos

A Direção da Companhia expressa seus agradecimentos aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança que depositaram no relacionamento com a NEC Latin America S.A.

Aos funcionários, que tanto vêm contribuindo durante os últimos anos, e com especial esforço neste ano de desafios que foi o de 2014, a Direção agradece o profissionalismo e a dedicação demonstrados.

A Direção da Companhia agradece em especial à sua controladora NEC Corporation pela confiança e suporte dispensados.

São Paulo, 17 de abril de 2015.



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretoria da
NEC Latin America S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da NEC Latin America S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NEC Latin America S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 17 de abril de 2015

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

NEC Latin America S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2014	2013	Passivo	Nota	2014	2013
Caixas e equivalentes de caixa	7	4.387	4.722	Empréstimos	17	118.637	52.287
Contas a receber de clientes	8	207.017	196.636	Fornecedores	18	149.893	132.694
Outros investimentos		20	9	Arrendamento mercantil a pagar	9b	125	718
Arrendamento mercantil a receber	9a	2.824	2.381	Impostos e contribuições sociais	11b	9.323	17.293
Estoques	10	43.644	57.802	Salários e férias a pagar		13.169	15.273
Impostos e contribuições a recuperar	11a	11.993	14.499	Adiantamento e créditos de clientes		1.759	2.402
Despesas antecipadas		31.649	20.900	Outras provisões	19c	4.686	8.957
Outros créditos		15.915	6.403	Outras contas a pagar		9.529	4.834
Total do ativo circulante		317.449	303.352	Total do passivo circulante		307.121	234.458
Ativo não circulante				Fornecedores	18	2.938	4.391
Realizável a longo prazo				Arrendamento mercantil a pagar	9b	26	150
Contas a receber de clientes	8	486	249	Impostos e contribuições sociais	11b	38	319
Arrendamento mercantil a receber	9a	10.248	1.119	Provisão para contingências	19a	23.147	31.109
Ativos financeiros disponíveis para venda	14	17.802	1.527	Outras provisões	19c	5.720	6.119
Outros créditos		67	112	Total do passivo não circulante		31.869	42.088
Depósitos Judiciais	12	34.855	35.480	Total do passivo		338.990	276.546
Total realizável a longo prazo		63.458	38.487	Patrimônio líquido			
Imobilizado	15	24.028	25.558	Capital social	20a	214.377	199.656
Intangível	16	3.402	3.915	Prejuízos acumulados		(135.991)	(95.720)
Total do ativo não circulante		90.888	67.960	Ações em tesouraria	20b	(9.259)	(9.259)
				Ajuste avaliação Patrimonial	20c	220	89
Total do ativo		408.337	371.312	Total do patrimônio líquido		69.347	94.766
				Total do passivo e patrimônio líquido		408.337	371.312

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Receita operacional	21	424.282	410.417
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	22	<u>(342.803)</u>	<u>(333.943)</u>
Lucro bruto		<u>81.479</u>	<u>76.474</u>
Outras receitas	23a	6.207	18.876
Despesas de vendas	26	(12.747)	(16.128)
Despesas administrativas e gerais	27	(87.470)	(99.162)
Honorários da administração	13 /24	(1.943)	(1.630)
Outras despesas	23b	<u>(9.850)</u>	<u>(30.242)</u>
Prejuízo antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>(24.324)</u>	<u>(51.812)</u>
Receitas financeiras	25	24.879	13.339
Despesas financeiras	25	<u>(40.562)</u>	<u>(17.535)</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(15.683)</u>	<u>(4.196)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(40.007)	(56.008)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	11	<u>(264)</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(40.271)</u></u>	<u><u>(56.008)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	2014	2013
Prejuízo do exercício		(40.271)	(56.008)
Outros Resultados Abrangentes			
Itens que serão ou talvez sejam reclassificados para o resultado			
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	20c	<u>131</u>	<u>89</u>
Resultado abrangente total		<u>(40.140)</u>	<u>(55.919)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Total patrimônio líquido
Saldos em 1° de janeiro de 2013		<u>199.656</u>	<u>(39.712)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>-</u>	<u>150.685</u>
Prejuízo do exercício		-	(56.008)	-	-	(56.008)
Outros resultados abrangentes						
Operações no exterior -diferenças cambiais de conversão	20c	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>89</u>	<u>89</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2013		<u>199.656</u>	<u>(95.720)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>89</u>	<u>94.766</u>
Aumento de Capital		14.721	-	-	-	14.721
Prejuízo do exercício		-	(40.271)	-	-	(40.271)
Outros resultados abrangentes						
Operações no exterior -diferenças cambiais de conversão	20c	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>131</u>	<u>131</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>214.377</u>	<u>(135.991)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>220</u>	<u>69.347</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.271)	(56.008)
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	10.560	9.885
Resultado na baixa de imobilizado e intangível	971	(95)
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	131	(9)
Variação cambial sobre Empréstimos	8.308	1.149
Juros sobre Empréstimos	6.985	1.548
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(701)	3.421
Provisão para ajuste ao valor de realização	1.349	(169)
Provisão para contingências	(7.274)	(12.449)
Outras provisões	(6.337)	(4.791)
	<u>(26.279)</u>	<u>(57.518)</u>
Variações nos ativos e passivos		
(Aumento) em contas a receber de clientes	(9.917)	(33.597)
(Aumento) / redução em outros investimentos	(11)	11
(Aumento) / redução em arrendamento mercantil a receber	(9.572)	3.834
Redução / (aumento) em estoques	12.809	(12.241)
Redução / (aumento) em impostos a recuperar	2.506	(5.048)
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(10.749)	8.358
(Aumento) em depósitos judiciais	(63)	(1.853)
(Aumento) em outros créditos	(9.467)	(1.140)
Aumento em fornecedores	15.746	18.311
(Redução) em arrendamento mercantil a pagar	(717)	(834)
(Redução) / aumento em impostos e contribuições a recolher	(8.251)	6.974
(Redução) / aumento em salários e férias a pagar	(2.104)	603
Aumento (redução) em outras contas a pagar	4.695	(142)
(Redução) em adiantamentos e créditos de clientes	(643)	(2.118)
Operações no exterior - diferenças cambiais de conversão	-	98
	<u>(42.017)</u>	<u>(76.302)</u>
Caixa usado nas atividades operacionais		
Juros pagos sobre empréstimos	(5.983)	(1.383)
	<u>(48.000)</u>	<u>(77.685)</u>
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de imobilizado e intangível	(9.488)	(10.847)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	-	247
Ativos financeiros disponíveis para venda	(14.608)	(2)
	<u>(24.096)</u>	<u>(10.602)</u>
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Recursos provenientes de novos empréstimos	207.947	95.573
Amortização de empréstimos	(150.907)	(44.600)
Aumento de capital	14.721	-
	<u>71.761</u>	<u>50.973</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(335)</u>	<u>(37.314)</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	<u>4.722</u>	<u>42.036</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u><u>4.387</u></u>	<u><u>4.722</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NEC Latin América S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A Companhia opera no segmento de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A Companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e dados preparados para a convergência em IP para os clientes corporativos. A Companhia vem aumentando a sua atuação nestes segmentos oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque para a oferta de serviços gerenciados baseados em NOC (*Network Operation Center*) e SOC (*Security Operation Center*) e soluções de *outsourcing*. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a Companhia vêm trabalhando também em soluções emergentes como SDN/NFV, RAN, Small Cells, OSS/BSS, Comunicações Unificadas, Cidades Inteligentes, Cinema Digital, Data Center, Segurança Integrada, entre outros. A Companhia tem desenvolvido "Soluções para a Sociedade", que promovem a segurança, a proteção, a eficiência e a equidade. Sob a mensagem corporativa "Orquestrando um mundo mais brilhante", a NEC tem como objetivo ajudar a resolver uma ampla gama de temas desafiantes e criar novos valores sociais para o mundo de amanhã, que muda a cada momento.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 17 de abril de 2015.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis adotadas, que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 9** - Classificação de arrendamento mercantil
- b. Incertezas sobre premissas e estimativas**
As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8** - Provisão para créditos de liquidação duvidosa
- **Nota 10** - Provisão de estoque para ajuste a valor de realização
- **Nota 19a** - Provisão para contingências
- **Notas 15 e 16** - Provisão para valor recuperável de imobilizado e intangível
- **Notas 15 e 16** - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível
- **Nota 28** - Utilização de prejuízos fiscais
- **Nota 29** - Mensuração de instrumentos financeiros

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação segundo a forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 29** - Instrumentos financeiros

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo;

Os instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado na moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros efetivos e pagamentos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira não são convertidos.

Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Real às taxas de câmbio na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para Real às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Quando uma operação no exterior (controlada, coligada ou entidade controlada em conjunto) é alienada, o valor registrado em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificado para o resultado como parte do resultado na alienação.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor de custo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Recompra de ações (ações em tesouraria)

Quando o capital reconhecido como patrimônio líquido é recomprado, o valor da remuneração paga, a qual inclui custos diretamente atribuíveis, líquida de quaisquer efeitos tributários, é reconhecida como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

(v) **Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado.

Os detalhes das operações com instrumentos financeiros derivativos estão descritos na Nota 29 - Instrumentos financeiros.

c. **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

d. **Estoques**

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e. **Imobilizado**

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) **Custos subsequentes**

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) **Depreciação**

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2014	2013
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado.

No exercício de 2014 a Companhia realizou a revisão das premissas para determinação da vida útil dos bens do ativo imobilizado. Como consequência desta análise, a Companhia não identificou a necessidade de modificação nas vidas úteis anteriormente aplicadas.

f. Ativos intangíveis

(i) **Reconhecimento e mensuração**

Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

- Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.
- Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:
- Envolve um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes;
- Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
- O produto for técnica e comercialmente viável;

- Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e
- A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequêntes

Os gastos subsequêntes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia.

g. Arrendamento financeiro (arrendador)

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente aos clientes da Companhia os riscos e benefícios inerentes a propriedade de um bem. Tais contratos são registrados como arrendamento mercantil a receber e reconhecidos inicialmente pelo menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, os pagamentos mínimos de arrendamento recebidos sob arrendamentos financeiros são alocados entre receitas financeiras e redução do ativo em aberto. As receitas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do ativo.

h. Arrendamento financeiro (arrendatário)

No início do contrato, a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento.

No início ou na reavaliação se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações exigidas pelo contrato referentes ao arrendamento daquelas referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo dos elementos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo relativo. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira e redução do passivo em aberto.

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume substancialmente os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo montante igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

i. Arrendamento operacional

Os ativos mantidos sobre arrendamentos classificados como arrendamentos operacionais não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

j. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor pode incluir: o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a renegociação do valor devido à Companhia em condições que a Companhia não aceitaria em outras transações, indicações de que o devedor entrará em processo de falência, mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores, o desaparecimento de um mercado ativo para um título ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia que não os estoques são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

k. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

l. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(i) Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

(ii) Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

(iii) Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado de continuar com o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

m. Receita operacional

Venda de bens e serviços

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos ao comprador, da probabilidade dos benefícios econômicos e financeiros fluírem para a Companhia, dos custos associados e a possível devolução das mercadorias poderem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de forma confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras.

A Companhia não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Empresa não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração)*. A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS e U.S. GAAP quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando um abordagem de efeitos cumulativos. A Empresa está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e na suas divulgações. A Empresa ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo .

- **IFRS 14 - Regulatory Deferral Accounts (Contas Regulatórias de Diferimento);**
- Clarification of Acceptable Methods of Depreciation and Amortisation (Esclarecimento sobre Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização) (alterações da IAS 16 e IAS 38);
- Defined Benefit Plans: Employee Contributions (Plano de Benefício Definido: Contribuição de empregados) (alteração da IAS 19);
- Melhorias anuais das IFRSs de 2010-2012;
- Melhorias anuais das IFRSs de 2011-2013.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas. Adoção antecipada não é permitida.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2014	2013
Aplicações financeiras	-	3.00€
Caixa e bancos	4.387	1.71€
	<u>4.387</u>	<u>4.72€</u>

8 Contas a receber de clientes

	2014	2013
Circulante:		
No País	214.699	204.647
No Exterior	394	516
Partes relacionadas exterior (Nota 13)	-	250
Menos:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(8.076)	(8.777)
Total circulante	207.017	196.636
Não circulante:		
No País	486	249
Total não circulante	486	249

A provisão para devedores duvidosos é constituída com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de perdas. O valor da provisão é considerado suficiente pela Administração da Companhia para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

A Companhia efetuou durante o exercício de 2014, operações de cessão de crédito sem direito de regresso ou coobrigação para instituições financeiras sendo:

2014			2013		
Valor de face	Valor recebido	Comissão	Valor de face	Valor recebido	Comissão
27.610	27.508	102	29.402	29.116	286

As comissões cobradas pelas instituições financeiras relacionadas às operações de cessão de crédito em 2014 variam entre 0,32% e 0,46% sobre o valor de face dos títulos em 2014 (0,58% a 1,61% em 2013).

O valor das comissões sobre as operações de cessão de crédito sem direito de regresso foi reconhecido em despesas financeiras no resultado conforme demonstrado na Nota 25.

Pelos acordos firmados, a NEC cede e transfere a uma instituição financeira, sem direito de regresso ou coobrigação do cedente, os direitos sobre títulos a receber de seus clientes. Ao adquirir os títulos, a instituição financeira (Cessionário) assume todo o risco quanto ao recebimento dos valores junto aos clientes da NEC no vencimento dos mesmos.

Os títulos cedidos, seus respectivos vencimentos e o valor de aquisição são descritos em cada contrato. A baixa dos títulos do contas a receber é efetuada concomitantemente ao recebimento pela NEC, dos valores referentes a cessão de crédito. Quando do recebimento dos valores junto ao Cessionário, a NEC dá quitação total aos títulos cedidos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas ao contas a receber de clientes e outras contas é divulgada na Nota 29.

9 Arrendamento mercantil

a. Arrendamento mercantil financeiro para arrendador

A Companhia tem firmado contratos de locação e comodato com opção de compra ao final da vigência dos mesmos, os quais foram considerados como arrendamento mercantil financeiro, em razão da transferência dos riscos e benefícios sobre os referidos bens ao cliente, sendo:

Prazo (Meses)	Taxa de Juros (a.a.)	2014	2013
60	10,05% a 13,40%	6315	2193
54	12,47% a 13,4%	3276	-
48	8,36% a 12,14%	3403	626
36	11,30%	78	116
25	4,53%	-	157
17	8,43%	-	408
		<hr/>	<hr/>
		13.072	3.500
		<hr/>	<hr/>
	Circulante	2.824	2.381
	Não circulante	10.248	1.119

- (i) Contrato de locação de sistema de IP de telefonia integrada, comunicação de dados e sistemas de vídeo e monitoramento, com opção de transferência à contratante ao final do prazo do contrato, livre de qualquer ônus, toda a solução fornecida e instalada, inclusive com as atualizações realizadas ao longo da realização do contrato, com a licença dos usos dos softwares, os manuais de instalação, operação e manutenção, sob regime de opção de compras, mediante pagamento de R\$ 2, sendo o saldo 237 a receber em 31 de dezembro de 2014, em razão do cliente reincidir o contrato.
- (ii) Contratos de locação de equipamentos para prover serviço de suporte técnico e gerenciamento de rede, mediante pagamento de 8% do valor total do contrato, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2014, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 796 (R\$ 626 em 2013);
- (iii) Contrato de locação para prover serviço de outsourcing de voz e de dados, mediante pagamento de R\$ 50, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2014, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 24 (R\$ 639 em 2013).
- (iv) Contrato de locação de equipamento para projeção em salas de cinema (projektor, tela), mediante pagamento de 1% do valor total dos bens remetidos, em uma única vez, corrigido pelo I-GPM até a data do efetivo pagamento em que a opção de compra for exercida, sendo o saldo a receber em 31 de dezembro de 2014, apurado com base no valor presente dos recebimentos futuros de R\$ 12.014.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os valores a receber decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros estão compostos a seguir:

	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2014			
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	4.308	12.540	16.848
Juros	(1.484)	(2.292)	(3.776)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	<u>2.824</u>	<u>10.248</u>	<u>13.072</u>
	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2013			
Recebimentos mínimos futuros de arrendamento	2.965	1.319	4.284
Juros	(584)	(200)	(784)
Valor presente dos recebimentos mínimos do arrendamento	<u>2.381</u>	<u>1.119</u>	<u>3.500</u>

b. Arrendamento mercantil financeiro para arrendatário

A Companhia possui dois contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

Item arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de desconto	Início vigência	2014	2013
Desktops, monitores e notebooks	439	DMS-3.2215/10-00 (i)	36	6,61%	set/11		479
Notebooks	25	DMS-3.2215/10-00-AD 3 (i)	36	4,45%	mar/12	6	44
Notebooks e monitores	121	DMS-3.2215/10-00-AD 4 (i)	36	3,06%	jul/12	66	156
Notebooks	50	DMS-3.2215/10-00-AD 5 (i)	36	3,11%	ago/12	36	101
Notebooks	25	DMS-3.2215/10-00-AD 6 (i)	36	2,62%	nov/12	23	49
Desktops e notebooks	461	DMS-3.2208/10-00 (ii)	36	6,61%	set/11	0	10
Monitores	50	DMS-3.2215/10-00-AD 7 (i)	36	5,30%	dez/13	20	29
						<u>151</u>	<u>868</u>
					Circulante	<u>125</u>	<u>718</u>
					Não circulante	<u>26</u>	<u>150</u>

- (i) O primeiro contrato nº DMS-3.2215/10-00, firmado durante o exercício de 2011, relativo ao arrendamento de 439 equipamentos de informática novos (desktops, monitores e notebooks), o qual foi alvo de quatro novos aditivos durante o exercício de 2012 e 2013, onde foram acrescentados mais 271 equipamentos de informática novos (entre notebooks e monitores).
- (ii) O segundo contrato nº DMS-3.2208/10-00, firmado durante o exercício de 2011, relativo a compra por parte do arrendador de 900 equipamentos de informática usados (desktops, monitores e notebooks) da Companhia pelo montante de R\$ 1.000, dos quais 461 foram arrendados pela Companhia para utilização em suas atividades conforme definido no mesmo contrato, caracterizando-se dessa forma em um contrato de arrendamento mercantil financeiro do tipo "Leaseback".

Ambos os contratos e aditivos possuem condições similares, sendo: contratos pós-fixados reajustados anualmente com base no IPCA com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante ao pagamento de duas parcelas a mais de locação.

Em caso de encerramento do contrato por iniciativa do arrendador, a Companhia deverá pagar o saldo residual equivalente a 50% do valor das parcelas ainda vincendas. Caso a iniciativa seja estabelecida por parte da Companhia, a mesma deverá realizar o pagamento ao arrendador de

100% do valor das parcelas ainda vincendas, calculado sobre o valor mensal da locação vigente à data da contratação.

O ganho obtido na operação de alienação dos ativos adquiridos pelo arrendador via contrato de arrendamento mercantil financeiro com característica de “*leaseback*” no valor de R\$ 513 foi diferido e está sendo reconhecido mensalmente conforme o prazo de vigência do contrato, conforme requerido pelo CPC 06, e foi apurado conforme segue:

	Valor de alienação	Saldo líquido contábil dos bens alienados	Ganho
Ganho na alienação dos ativos adquiridos (<i>leaseback</i>)	1.000	(487)	513

Em 31 de dezembro de 2013, o valor do ganho diferido remonta em R\$ 128 (R\$ 299 em 2012), líquido do reconhecimento de 27 parcelas incorridos entre outubro de 2011 e dezembro de 2013 e está reconhecido dentro do grupo de outras contas a pagar, no passivo circulante.

Em 31 de dezembro de 2014, o valor contábil líquido dos equipamentos de informática adquiridos pelos contratos acima referidos e que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado da Companhia corresponde a R\$ 148, composto conforme segue:

	2014		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato DMS-3.2215/10-00	653	(508)	145
Equipamentos usados (<i>leaseback</i>) - contrato DMS-3.2208/10-00	41	(41)	-
Valor líquido dos equipamentos adquiridos (Nota 15)	<u>694</u>	<u>(549)</u>	<u>145</u>

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2014			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	127	26	153
Juros	(2)	-	(2)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>125</u>	<u>26</u>	<u>151</u>
	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
2013			
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	740	153	893
Juros	(22)	(3)	(25)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>718</u>	<u>150</u>	<u>868</u>

10 Estoques

	2014	2013
Materiais para revenda:		
Nacionais	16.537	17.660
Importados	42.672	53.360
Adiantamento a fornecedores:		
Nacional	335	676
Importados	1.736	2.642
Partes relacionadas (Nota 13)	-	156
Provisão para ajuste ao valor de realização	(25.423)	(24.074)
Importações em andamento	7.787	7.382
	43.644	57.802

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão:

- **Itens sem movimentação de 3 até 6 meses:** provisão de 30% do valor contábil.
- **Itens sem movimentação de 6 até 12 meses:** provisão de 50% do valor contábil.
- **Itens sem movimentação há mais de 12 meses:** provisão de 100% do valor contábil.
- **Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento:** provisão de 100% do valor contábil.
- **Itens danificados:** provisão de 100% do valor contábil.
- Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

11 Impostos e contribuições (ativo e passivo)

a. Impostos e contribuições a recuperar

	2014	2013
Imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e contribuição social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)	(i) 6.744	4.590
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)	(ii) 643	3.554
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”)	(iii) 1.952	2.827
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”)	(iv) 1.788	1.808
Instituto nacional do seguro social (“INSS”)	(v) 726	940
Programa Integração Social (“PIS”)	(ii) 140	780
	11.993	14.499

- (i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social - IRPJ/CSLL

O saldo corresponde em sua maioria ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e imposto de renda e contribuição social retidos na fonte nos recebimentos de clientes, realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições a pagar nos exercícios subsequentes.

- (ii) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social -COFINS
O saldo corresponde a valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos.
- (iii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (v) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com o INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.

b. Impostos e contribuições a recolher

		2014	2013
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09	(i)	16.428	15.022
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 14)	(i)	(16.428)	(14.523)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		4.319	7.425
PIS e COFINS sobre faturamento		901	3.507
ISSQN sobre faturamento		2.724	3.165
Imposto sobre produtos industrializados ("IPI") sobre faturamento		-	988
Retenção ISSQN Lc 116/03 - serviços de terceiros		449	673
Outros		930	1.036
 Total circulante		9.323	17.293
 Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		38	319
 Total não circulante		38	319

- (i) Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09
Em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 "REFIS IV".

Em 31 de dezembro de 2014, o valor total dos depósitos judiciais realizados corresponde a R\$ 49.082 (R\$ 47.377 em 2013). O valor total dos débitos, no montante de R\$ 16.428 (R\$ 15.022 em 2013), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 32.654 (R\$ 32.854 em 2013), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 12.

Movimentação dos saldos

Processo	Imposto	2013	2014	
		Saldo inicial	Adições	Saldo Final
			Correção monetária (*)	
2003.61.00.020741-1	CPMF	3.169	236	3.405
2002.61.19.003660-4	INSS	422	31	453
MS 2004.61.00.020031-7 / AC 2004.61.00.026108-2	INSS	1.428	391	1.819
2000.61.00.001064-0	INSS	3.390	252	3.642
2002.61.19.003659-8	INSS	352	27	379
2001.61.19.003653-3	INSS	111	9	120
2001.61.19.003654-5	INSS	386	29	415
MS 89.0031441-6 / 96.0032851-0	IOF	716	53	769
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	2.649	198	2.847
MS 88.0026225-2 / AO 2004.61.00.020665-4 / MC				
2004.03.00.050.970-2	IOF	2.399	180	2.579
		<u>15.022</u>	<u>1.406</u>	<u>16.428</u>

(*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 10,23% a.a. em 2014 (7,68% em 2013) e é determinada com base na Selic.

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2014	2013
(Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(40.007)	(56.008)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	13.602	19.043
Imposto de renda e contribuição social antecipado	(264)	-
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	(1.569)	(785)
Outros itens:		
Ativos fiscais não reconhecidos sobre a variação nas diferenças temporárias	(2.858)	2.942
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais não reconhecidos	<u>(9.175)</u>	<u>(21.200)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>(264)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	1%	-

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente. Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos com relação a esses itens, pois não é provável que lucros tributáveis estejam disponíveis em um futuro próximo para que a Companhia possa realizar os benefícios destes.

12 Depósitos judiciais

	2014	2013
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	12.184	11.736
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	49.082	47.377
Processos previdenciários (i)	762	587
Processos trabalhistas (i)	3.047	3.407
Total de depósitos judiciais	65.075	63.107
<i>(-) Valores apresentados em uma base líquida com o passivo correspondente:</i>		
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	(11.241)	(10.574)
Processos previdenciários	(762)	(587)
Processos trabalhistas	(1.789)	(1.943)
Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 19a) (i)	(13.792)	(13.104)
Depósitos Anistia - REFIS	(16.428)	(14.523)
Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 11b) (ii)	(16.428)	(14.523)
Valores apresentados no ativo não circulante	34.855	35.480

- (i) Em 31 de dezembro de 2014, o valor de depósitos judiciais relacionados a processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis totalizava R\$ 15.993 (R\$ 15.730 em 2013). Deste montante, R\$ 13.792 (R\$ 13.104 em 2013) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R\$ 2.201 (R\$ 2.626 em 2013) permaneceu apresentado no ativo não circulante.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía R\$ 49.082 (R\$ 47.377 em 2013) de depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se superior ao montante da dívida à qual está atrelado por conter os montantes de multa e juros originais os quais foram anistiados pela referida Lei. Em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser superior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2014 corresponde a R\$ 16.428 (R\$ 14.523 em 2013). O saldo remanescente, de R\$ 32.654 (R\$ 32.854 em 2013), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

Movimentação dos depósitos judiciais

	2013	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Resgate	Reversões	
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	11.736	596	-	-	-	12.332
Processos tributários (Anistia - REFIS)	47.377	1.666	-	-	-	49.043
Processos previdenciários	587	66	-	-	-	653
Processos trabalhistas	3.407	703	(647)	(395)	(21)	3.047
Total de depósitos judiciais	63.107	3.031	(647)	(395)	(21)	65.074

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

NEC Latin America S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	2014	2013
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	-	250
Estoques (Nota 10)	-	156
Outros créditos	<u>4.057</u>	<u>2.915</u>
	<u><u>4.057</u></u>	<u><u>3.321</u></u>
 Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 18)	50.680	24.506
Outras contas a pagar	567	1.602
Adiantamentos e créditos de clientes	<u>1.154</u>	<u>-</u>
	<u><u>52.401</u></u>	<u><u>26.108</u></u>
 Passivo não circulante		
Fornecedores (Nota 18)	<u>2.808</u>	<u>4.189</u>
	<u><u>2.808</u></u>	<u><u>4.189</u></u>
 Resultado		
Receita operacional	1.263	287
Compras	69.472	53.534

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado estão demonstrados abaixo:

	2014							2013								
	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante			Passivo não circulante	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante	Passivo não circulante		
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Adiantamentos créditos de clientes	Outras contas a pagar	Fornecedores	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Estoques	Outros créditos	Fornecedores	Outras contas a pagar	Fornecedores
Controladora																
NEC Corporation (Japão)	493	41.347	-	357	32.999	1.151	5.603	34	66	30.903	-	139	224	18.847	1.602	-
Outras partes relacionadas																
NEC America, Inc. (EUA)	-	7.705	-	-	973	-	-	-	-	8.233	-	-	-	317	-	-
NEC Argentina S.A.	770	5.528	-	-	7.769	3	504	2.774	219	6.669	248	17	194	3.064	-	4.087
NESIC Brasil S.A.	-	5.131	-	-	1.357	-	-	-	-	3.237	-	-	-	372	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	7.621	-	-	542	-	255	-	-	3.338	-	-	-	1.701	-	102
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	178	-	1.766	-	-	-	-	-	-	-	-	729	-	-	-
NEC Italia S.R.I.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NEC Iberica S.L.	-	534	-	-	-	-	-	-	-	907	-	-	-	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	63	-	-	13	-	-	-	-	128	-	-	-	135	-	-
NEC Europe LTD.	-	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NEC Chile	-	-	-	370	-	-	-	-	-	60	-	-	402	70	-	-
NEC Colombia	-	-	-	1.564	93	-	-	-	-	-	-	-	1.157	-	-	-
NEC Learning Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-
NEC Professional Support Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	-	-	-
NEC Portugal - Telecomunicações e Sistemas S.A.	-	150	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NETCRACKER Technology Corp.	-	1.206	-	-	648	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global View S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	209	-	-	-
NEC Corporation (Thailand) Ltd.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	47	-	-	-	-	-	-
NEC Networks & System Integration Corp.	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	2	-	-	-	-	-
	<u>1.263</u>	<u>69.472</u>	<u>-</u>	<u>4.057</u>	<u>44.394</u>	<u>1.154</u>	<u>6.362</u>	<u>2.808</u>	<u>287</u>	<u>53.534</u>	<u>250</u>	<u>156</u>	<u>2.915</u>	<u>24.506</u>	<u>1.602</u>	<u>4.189</u>

Honorários da Administração

Os honorários da Administração, conforme destacado em linha específica na demonstração de resultados no montante total de R\$ 1.943 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 1.630 em 2013) incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

14 Ativos financeiros mantidos para venda

Os ativos financeiros mantidos para venda representam participações em Empresas relacionadas nas quais a Companhia não possui influência significativa. Esses investimentos em instrumentos patrimoniais são mantidos a custo pois não possuem um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido.

	2014	2013
NEC Argentina S.A.	1.775	327
Nesic Brasil S.A.	2.769	2.769
Provisão para perda no valor recuperável: Nesic Brasil S.A.	-	(1.667)
Boviel - Kyowa S.A.	963	963
Provisão para perda no valor recuperável: Boviel - Kyowa S.A.	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A	102	98
Global View S.A	13.156	-
	17.802	1.527
 Total	 17.802	 1.527

Movimentação dos saldos

	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	2013		2014	
			Saldo Inicial	Adições	Saldo Final	Saldo Final
Nec Argentina S.A.	2.387.350	2%	327	1.448	1.775	1.775
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	-	2.769	2.769
Provisão do investimento Nesic Brasil S.A.	n/a	n/a	(1.667)	1.667	-	-
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	-	963	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	-	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	373.328	0,01%	98	4	102	102
Global View S.A	750.000	15%	-	13.156	13.156	13.156
			1.527	16.275	17.802	17.802
 Total			 1.527	 16.275	 17.802	 17.802

15 Imobilizado

	2014			2013	
	Custo	Depreciação	Provisão redução ao valor recuperável (i)	Líquido	Líquido
Instalações	2.680	(1.872)	-	808	1.076
Benfeitorias bens de terceiros	4.295	(3.092)	-	1.203	788
Máquinas e equipamentos	70.300	(52.642)	(623)	17.035	17.830
Ferramentas e instrumentos	2.286	(2.079)	-	207	299
Móveis e utensílios	4.805	(3.501)	-	1.304	1.591
Veículos	825	(575)	-	250	257
Equipamentos de informática	12.235	(10.043)	-	2.192	1.702
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 9b)	694	(549)	-	145	849
Imobilização em andamento	884	-	-	884	1.166
	<u>99.004</u>	<u>(74.353)</u>	<u>-</u>	<u>24.028</u>	<u>25.558</u>

- (i) O saldo do ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2014 e 2013 inclui provisão para redução ao valor recuperável no valor de R\$ 623, contabilizado no exercício de 2010, relativos aos projetos NGN e SOC-MSS. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia realizou avaliação para verificação da necessidade de aumento ou redução no valor de provisão para valor recuperável e não se identificou tal necessidade.

Movimentação do custo

	2013				Saldo final
	Saldo em 1º de janeiro de 2013	Adições	Baixas	Transferências	
Instalações	2.490	-	-	213	2.703
Benfeitorias bens de terceiros	3.549	-	-	201	3.750
Máquinas e equipamentos	60.876	460	(1.295)	4.956	64.997
Ferramentas e instrumentos	2.286	-	-	-	2.286
Móveis e utensílios	4.366	384	(245)	252	4.757
Veículos	996	-	(61)	-	935
Equipamentos de informática	10.943	576	(274)	190	11.435
Arrendamento mercantil equipamentos informática	2.563	-	(16)	-	2.547
Imobilização em andamento	-	6.978	-	(5.812)	1.166
	<u>88.069</u>	<u>8.398</u>	<u>(1.891)</u>	<u>-</u>	<u>94.576</u>

	2014				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Instalações	2.703	-	(23)	-	2.680
Benfeitorias bens de terceiros	3.750	-	-	545	4.295
Máquinas e equipamentos	64.997	884	(1.729)	6.148	70.300
Ferramentas e instrumentos	2.286	-	-	-	2.286
Móveis e utensílios	4.757	29	(81)	100	4.805
Veículos	935	-	(253)	143	825
Equipamentos de informática	11.435	245	(164)	719	12.235
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 9b)	2.547	-	(1.883)	30	694
Imobilização em andamento	1.166	7.330	-	(7.612)	884
	<u>94.576</u>	<u>8.488</u>	<u>(4.133)</u>	<u>73</u>	<u>99.004</u>

Movimentação da depreciação

	Taxa de depreciação % a.a	Saldo em 1º de janeiro de 2013	2013		Saldo final
			Adições	Baixas	
Instalações	10	(1.367)	(260)	-	(1.627)
Benfeitorias bens de terceiros	10	(2.888)	(74)	-	(2.962)
Máquinas e equipamentos (i)	10~20	(40.072)	(6.521)	49	(46.544)
Ferramentas e instrumentos	20	(1.908)	(79)	-	(1.987)
Móveis e utensílios	10	(2.968)	(392)	194	(3.166)
Veículos	20	(575)	(110)	7	(678)
Equipamentos de informática	20	(9.524)	(480)	271	(9.733)
Arrendamento mercantil equipamentos informática	33	(855)	(852)	9	(1.698)
		<u>(60.157)</u>	<u>(8.768)</u>	<u>530</u>	<u>(68.395)</u>

	Taxa de depreciação % a.a	1º. de janeiro de 2014		2014		Saldo final
		Saldo inicial	Adições	Baixas		
Instalações	10	(1.627)	(268)	23		(1.872)
Benfeitorias bens de terceiros	10	(2.962)	(130)			(3.092)
Máquinas e equipamentos (i)	10~20	(46.544)	(6.950)	852		(52.642)
Ferramentas e instrumentos	20	(1.987)	(92)			(2.079)
Móveis e utensílios	10	(3.166)	(382)	47		(3.501)
Veículos	20	(678)	(97)	200		(575)
Equipamentos de informática	20	(9.733)	(471)	161		(10.043)
Arrendamento mercantil equipamentos informática (Nota 11b)	33	(1.698)	(730)	1.879		(549)
		<u>(68.395)</u>	<u>(9.120)</u>	<u>3.162</u>		<u>(74.353)</u>

- (i) A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação (arrendamento operacional) para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

16 Intangível

	2014			2013	
	Custo	Amortização acumulada	Provisão redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	(7.912)	(23.512)	-	-
Gastos com softwares (b)	22.815	(18.050)	(1.363)	3.402	3.765
Imobilização em Andamento (Softwares)	-	-	-	-	150
	<u>54.239</u>	<u>(25.962)</u>	<u>(24.875)</u>	<u>3.402</u>	<u>3.915</u>

Movimentação do custo

	Saldo em 1º de janeiro de 2013	2013			Saldo final
		Adições	Baixas	Transferências	
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	-	-	-	31.424
Gastos com softwares (b)	19.476	72	(37)	2.227	21.738
Imobilização em Andamento (Softwares)	-	2.377	-	(2.227)	150
	<u>50.900</u>	<u>2.449</u>	<u>(37)</u>	<u>-</u>	<u>53.312</u>
	1/01/2014	2014			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	Saldo final
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	31.424	-	-	-	31.424
Gastos com softwares (b)	21.738	9	-	1.068	22.815
Imobilização em Andamento (Softwares)	150	991	-	(1.141)	-
	<u>53.312</u>	<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>(73)</u>	<u>54.239</u>

Movimentação da amortização

	Prazos de vida útil	Saldo em 1º de janeiro de 2013	2013		Saldo final
			Adições	Baixas	
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	5anos	(7.912)	-	-	(7.912)
Gastos com softwares (b)	3~5anos	(15.494)	(1.117)	1	(16.610)
		<u>(23.406)</u>	<u>(1.117)</u>	<u>1</u>	<u>(24.522)</u>
		1/01/2014	2014		
	Prazos de vida útil	Saldo inicial	Adições	Baixas	Saldo final
Vida útil definida					
Gastos com desenvolvimento - Projetos (a)	5anos	(7.912)	-	-	(7.912)
Gastos com softwares (b)	3~5anos	(16.610)	(1.440)	-	(18.050)
		<u>(24.522)</u>	<u>(1.440)</u>	<u>-</u>	<u>(25.962)</u>

- (a) Referem-se aos gastos com desenvolvimento relativos aos projetos NGN e SOC-MSS:O projeto NGN refere-se ao desenvolvimento e “tropicalização” das soluções de dois fornecedores principais para as chamadas redes de nova geração (NGN) baseadas no protocolo IP para substituição das redes tradicionais TDM de voz que começam a entrar em “phasing out”. o projeto MSS refere-se ao desenvolvimento dos Serviços Gerenciados de Segurança (MSS) e implementação do Centro de Operações de Segurança (SOC) para habilitação da Companhia a ofertar para o mercado local serviços de segurança para gerenciar e/ou monitorar redes de dados e infra-estruturas de segurança. Serviços a serem ofertados incluem: Firewalls gerenciados, serviços de VPN, serviços gerenciados de detecção de invasões, prevenção gerenciada de invasões, entre outros.
- (b) Refere-se a gastos com softwares adquiridos de terceiros.

Provisão para redução ao valor recuperável

Em 2011 foi aplicado teste para avaliar a capacidade dos projetos NGN e SOC-MSS recuperarem o montante investido e capitalizado como intangível (gastos com softwares adquiridos nestes projetos), e a conclusão foi negativa em razão de alterações no cenário de mercado. Sendo assim a Companhia constituiu 100% de provisão de perda do valor recuperável do investimento (“*impairment*”) sobre o saldo residual dos mesmos naquele exercício, cenário que não se alterou em 2014 e 2013, razão pela qual a provisão foi mantida.

17 Empréstimos

	2014	2013
Empréstimos bancários (conta garantida)	7.243	16.411
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	111.394	35.876
Total circulante	118.637	52.287

Durante o exercício de 2014 a Companhia captou empréstimos junto a instituições financeiras com o objetivo de utilização para capital de giro. Do total dos empréstimos em 31 de dezembro de 2014, R\$ 7.243 referem-se a empréstimos na modalidade de conta garantida junto a instituições financeiras no país, e R\$ 111.394 referem-se a empréstimos em moeda estrangeira junto a instituições financeiras no exterior, na modalidade Lei 4131.

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

	Moeda	Taxa de juros a.a.	Indexador	Ano de vencimento	2014	2013
Empréstimos bancários (conta garantida)	R\$	112%	CDI	2015	7.243	16.411
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	USD	0,94% a 3,27%	Libor + IR + Spread	2015	111.394	35.876
					118.637	52.287

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Movimentação dos saldos

	2014							
	2013	Adições			Baixas			
	Saldo inicial	Captações principal	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização variação cambial	Amortização juros	
Empréstimos bancários (conta garantida)	16.410	106.960	-	4.544	(116.420)	-	(4.252)	7.243
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	35.877	100.987	10.829	2.441	(34.487)	(2.521)	(1.731)	111.394
	52.287	207.947	10.829	6.985	(150.907)	(2.521)	(5.983)	118.637

18 Fornecedores

	2014	2013
No País	44.573	47.592
No exterior	13.679	27.609
Partes relacionadas (Nota 13)	44.394	24.506
Provisão de custos	47.247	32.987
	<hr/>	<hr/>
Total circulante	149.893	132.694
	<hr/>	<hr/>
No exterior	130	202
Partes relacionadas (Nota 13)	2.808	4.189
	<hr/>	<hr/>
Total não circulante	2.938	4.391
	<hr/>	<hr/>

A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos a serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal.

O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM (*Project Management*) ou PCO (*Project Control Operation*) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis.

19 Provisões

a. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

	2014		2013	
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Líquido
Tributárias	23.863	(11.241)	12.622	16.835
Previdenciários	4.878	(762)	4.116	4.193
Trabalhistas	7.737	(1.789)	5.948	6.847
Cíveis	461	-	461	3.234
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	36.939	(13.792)	23.147	31.109
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>

Movimentação dos processos no exercício

Provisão para contingências	2013		2014				Saldo final
	Saldo final	Adições	Baixas				
			Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	
Tributárias	27.409	2.145	(722)	-	(4.969)	-	23.863
Previdenciários	4.780	97	-	-	-	-	4.877
Trabalhistas	8.790	1.339	(1.643)	-	(749)	-	7.737
Cíveis	3.234	98	(2.333)	-	(537)	-	462
	<u>44.213</u>	<u>3.679</u>	<u>(4.698)</u>	<u>-</u>	<u>(6.255)</u>	<u>-</u>	<u>36.939</u>
Depósitos judiciais							
Tributárias	(10.574)	(667)	-	-	-	-	(11.241)
Previdenciários	(587)	(175)	-	-	-	-	(762)
Trabalhistas	(1.943)	(608)	(40)	388	(40)	454	(1.789)
	<u>(13.104)</u>	<u>(1.450)</u>	<u>(40)</u>	<u>388</u>	<u>(40)</u>	<u>454</u>	<u>(13.792)</u>
	<u>31.109</u>	<u>2.229</u>	<u>(4.738)</u>	<u>388</u>	<u>(6.295)</u>	<u>454</u>	<u>23.147</u>

- (ii) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante o exercício de 2014.
- (iii) Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante.

Processos com risco de perda provável:

- *Processos tributários*
As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos:
- **Federal** - Processos administrativos, judiciais e outros totalizando R\$ 11.690 (R\$ 15.669 em 2013), sendo o principal relacionado com a finalidade de assegurar o direito de não inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS.
- **Municipal** - Execuções Fiscais e processos administrativos no valor de R\$ 12.173 (R\$ 11.740 em 2013), sendo o principal relativo a demanda que possui como objeto pleitos do Município de Salvador, que exige o recolhimento do ISS sobre serviços de gerenciamento de obras realizadas no referido Município, e gerenciadas pela filial da Companhia situada em Guarulhos-SP.
- *Processos previdenciários*
Relacionam-se em sua maioria a ações para discutir a incidência das contribuições previdenciárias (INSS) sobre mão de obra terceirizada, totalizando R\$ 4.878 (R\$ 4.780 em 2013).

Em relação aos processos, para os quais a Companhia aderiu à anistia regulada pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/09, que discutiam a incidência da cobrança das contribuições previdenciárias sobre depósitos à previdência privada em favor de administradores e empregados, “pró-labore” de diretores, ajuda de custos de viagens ao exterior e alteração do local de trabalho e, um processo sobre o enquadramento da atividade econômica preponderante da sociedade, para fixação da alíquota do seguro de acidente de trabalho (SAT) (Decreto nº 612/92, art.26, 1º e 6º), foram mantidos em provisão somente valores referentes a honorários e sucumbência.

- **Processos trabalhistas**
A Companhia se defende em 103 processos trabalhistas com risco de perda provável (97 em 2013), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R\$ 7.737 (R\$ 8.790 em 2013). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante.
- **Processos cíveis**
A Companhia figura no pólo passivo de processos cíveis, de valores individualmente não significativos, propostos por fornecedores e clientes para discussão de valores devidos por serviços prestados e/ou fornecimento de bens. Para esses processos a Companhia registrou provisão de R\$ 461 (R\$3.234 em 2013), com base na avaliação de seus assessores jurídicos internos e externos.

Processos com risco de perda possível e remoto:

- ***Processos com risco de perda possível:***

Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem:

- (i) Processo administrativo decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, efetuados anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera administrativa, já tendo obtido resultado parcialmente favorável na impugnação, com redução do montante da autuação de R\$ 321 milhões para R\$ 273 milhões (valores originais), R\$ 331 milhões o valor atualizado até 31 de dezembro de 2014.
- (i) Processo administrativo no valor de R\$ 140.352 (R\$ 137.369 em 2013) como objeto a cobrança, pelo município de Itaquaquecetuba, de ISS (5%) com base no valor total do contrato de fornecimento de bens e serviços (R\$ 583.280), acrescido de multa e juros de mora. A defesa da Companhia se baseia na alegação de que o tributo, se devido fosse, deveria ser calculado somente sobre o valor equivalente aos serviços realizados no município em questão.

- ***Processos com risco de perda remoto:***

Dos processos classificados como de risco remoto, os principais compreendem:

- (i) Processo decorrente de auto de infração emitido pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo em 2011, cujo valor atualizado em dezembro de 2014 remonta em R\$ 338.646 (R\$ 328.666 em 2013), relativo a operações de importação por conta e ordem de terceiros, nas quais a empresa comercial importadora estabelecida no Espírito Santo realizou o desembaraço aduaneiro e promoveu a entrada física das mercadorias em território capixaba, Porto de Vitória, Estado do Espírito Santo. A Administração entende que os créditos tributários de ICMS que embasaram a autuação fiscal estão extintos ou suspensos, conforme disposto no Decreto nº 56.045 de 26 de julho de 2010.
- (ii) Auto de Infração emitido em dezembro de 2011, cujo valor atualizado até dezembro de 2014 é R\$ 174.192 (R\$153.102 em 2013), objetivando o recolhimento do imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, ocorridos, em

sua grande maioria, anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera administrativa. Defesa protocolada em 27 de janeiro de 2012 e julgada procedente em 2012. A Receita Federal apelou da decisão. A Administração está convicta de que a decisão que lhe foi favorável será mantida, sendo o risco de perda remoto.

b. Garantias e cartas fiança

A Companhia contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Tipo de garantia	2014			2013		
	Judiciais	Outros	Total	Judiciais	Outros	Total
Carta de fiança	57.832	7.268	65.100	74.818	14.764	89.582
Cheque caução	-	67	67	-	112	112
Seguro garantia	1.116	161	1.277	1.116	144	1.260
<i>Standby letter of credit</i>	-	26.562	26.562	-	18.741	18.741
Total	58.948	34.058	93.006	75.934	33.761	109.695

Os valores referentes a “*Stand by letter of credit*” tem o valor de USD 10 milhões e foram apresentados pelos respectivos valores em reais nos referidos exercícios.

A Companhia em 31 de dezembro de 2014 possui um ativo imobilizado dado em garantia a processo trabalhista cujo saldo residual nesta data corresponde a R\$ 129.

c. Outras provisões

	2014	2013
Provisão para reestruturação (i)	1.656	6.688
Provisão sobre royalties	1.564	1.839
Provisão gastos com garantias (ii)	93	98
Provisão contrato oneroso (iii)	155	155
Provisão de ISS	1.218	177
Total circulante	4.686	8.957
Provisões - honorários (iv)	5.420	5.661
Provisão gastos com garantias (ii)	300	458
Total não circulante	5.720	6.119

(i) Provisão para reestruturação

Durante o ano encerrado em 31 de dezembro de 2013, a Companhia se comprometeu a um plano de reestruturação para adequação de sua estrutura organizacional diante da nova realidade de mercado em que a Companhia se encontra. Seguindo o anúncio do plano, a Companhia reconheceu uma provisão para custos esperados de reestruturação compostos basicamente por custos de rescisão de contrato e benefícios de rescisão de funcionários, cujo saldo tem previsão de ser consumido até o final do 1º semestre de 2015.

(ii) Provisão para garantias

A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2014 e 2013.

Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos.

A Companhia considera utilizar a provisão existente em 31 de dezembro de 2014, durante os anos de 2015 e 2016.

- (iii) **Provisão para contrato oneroso**
Provisão constituída em junho de 2010 após avaliação de contratos da Companhia, em razão da identificação de projeto em situação deficitária o qual atendia as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25, parcialmente revertida em 2012, em função de revisão a qual constatou que parte dos itens que constituíam risco de gastos e faziam parte da composição do saldo de provisão seriam executados a um custo menor em função de sinergia com os novos projetos em andamento e substituição de tecnologia, deixando de constituir risco para Companhia.
- (iv) **Provisões - honorários**
Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

Movimentação das outras provisões no exercício:

	2013	2014			Saldo final
	Saldo inicial	Adição a provisão	Baixas		
			Utilização	Reversões	
Provisão para reestruturação	6.688	1.148	(6.180)	-	1.656
Provisão sobre royalties	1.839	437	(155)	(557)	1.564
Provisão gastos com garantias	98	518	(109)	(414)	93
Provisão para contrato oneroso	155	-	-	-	155
Outros	177	1.064	(23)	-	1.218
	<u>8.957</u>	<u>3.167</u>	<u>(6.467)</u>	<u>(971)</u>	<u>4.686</u>
Circulante					
Provisões - honorários	5.661	1.019	(1.260)	-	5.420
Provisão gastos com garantias	458	516	(98)	(576)	300
	<u>6.119</u>	<u>1.535</u>	<u>(1.358)</u>	<u>(576)</u>	<u>5.720</u>
Não circulante					

20 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 28 de outubro de 2014, foi aprovado aumento do capital social, por subscrição no valor de R\$ 14.721, mediante a emissão de 27.715 ações ordinárias nominativas sem valor nominal. As ações emitidas foram totalmente subscritas e integralizadas em dinheiro, nesta data.

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 214.377, e está representado por 403.618 (375.903 em 2013) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2014, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R\$ 9.259 (R\$ 9.259 em 2013) para futura alienação e/ou cancelamento.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 131 em ajustes de avaliação patrimonial relativos aos efeitos das diferenças cambiais de conversão de operação de sua filial sediada no exterior (Miami - EUA).

21 Receita operacional

Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

	2014	2013
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	233.759	227.961
Serviços prestados	303.971	291.809
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(95.660)	(83.644)
Devoluções e abatimentos	<u>(17.788)</u>	<u>(25.709)</u>
Receita operacional	<u>424.282</u>	<u>410.417</u>

22 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	2014	2013
Custo da mercadoria vendida	136.150	126.774
Custos com pessoal (Nota 24)	44.339	48.524
Depreciação e amortização	7.160	6.346
Serviços de terceiros e outros	<u>155.154</u>	<u>152.299</u>
	<u>342.803</u>	<u>333.943</u>

23 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	2014	2013
Reversão provisão para contingências	4.341	18.621
Reversão provisão de perda investimentos	1.682	3
Outros	<u>184</u>	<u>252</u>
	<u>6.207</u>	<u>18.876</u>

b. Outras despesas

	2014	2013
Despesas com reestruturação (<i>lay-off</i>)	(6.210)	(14.601)
Despesa provisão para contingências	(2.860)	(14.196)
Outros	(780)	(1.445)
	<u>(9.850)</u>	<u>(30.242)</u>

24 Despesas com pessoal

	2014	2013
Ordenados e salários	54.712	60.194
Contribuições compulsórias para previdência social	13.859	15.131
Provisões 13º salário e férias	9.994	10.223
Encargos assistenciais	10.395	10.247
Despesas encargos sociais (FGTS)	4.671	5.774
Honorários da administração (Nota 13 e Nota 27)	1.943	1.630
Contribuições para plano de contribuição definida	530	646
Outros proventos	6.501	5.834
	<u>102.605</u>	<u>109.679</u>

Do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R\$ 44.339 (R\$ 48.524 em 2013) foi incluído no custo dos produtos vendidos e serviços prestados, R\$ 1.759 (R\$ 1.795 em 2013) nas despesas de vendas e R\$ 56.508 (R\$ 59.360 em 2013) nas despesas administrativas e gerais.

25 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2014	2013
Receitas financeiras		
Ganhos com operações de <i>swap e hedge</i>	18.864	6.989
Variações monetárias ativas	4.306	4.361
Juros sobre aplicações financeiras	571	748
Outros	1.138	1.241
	<u>24.879</u>	<u>13.339</u>
Despesas financeiras		
Perdas com operações de <i>swap e hedge</i>	(9.387)	(6.104)
Variações cambiais passivas	(20.274)	(6.797)
Juros	(5.282)	(1.229)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	(1.405)	(1.098)
Comissão decorrente de operação de cessão de crédito sem direito de regresso (Nota 8)	(102)	(286)
Variações monetárias passivas	(2.089)	-
Outros	(2.023)	(2.021)
	<u>(40.562)</u>	<u>(17.535)</u>
	<u>(15.683)</u>	<u>(4.196)</u>
(Despesas) receitas financeiras líquidas		

(i) Os valores de 2014 e 2013 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

26 Despesas de vendas

	2014	2013
Fretes	8.447	7.905
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	476	3.525
Royalties	1.615	2.309
Despesas com pessoal (Nota 24)	1.759	1.795
Comissões sobre vendas	96	407
Perdas com encerramento de contratos	354	187
	12.747	16.128
Total	12.747	16.128

27 Despesas administrativas e gerais

	2014	2013
Despesas com pessoal (Nota 24)	56.508	59.360
Serviços de terceiros	15.314	18.040
Gastos gerais:		
Ocupação - imóveis	4.970	5.267
Viagens	2.504	4.238
Processamento de dados	2.360	3.129
Comunicações	1.443	2.025
Impostos, taxas e contribuições	463	488
Veículos	358	329
Água, luz e gás	766	325
Depreciação/Amortização	3.400	3.089
Outros	1.327	4.502
	89.413	100.792
Despesas administrativas e gerais	87.470	99.162
Honorários da administração (Nota 24)	1.943	1.630

28 Prejuízos fiscais a compensar

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2014	1.444.057
Base negativa de contribuição social	1.493.792

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 1.110.579 (R\$ 1.110.579 em 2013) e R\$ 1.127.855 (R\$ 1.127.855 em 2013) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

29 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos;
- Risco de taxas de juros; e
- Risco de taxa de câmbio.
- Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

NEC Latin America S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2014 e 2013

	Nota	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa:			
Caixa e bancos	7	4.387	1.716
Aplicações financeiras	7	-	3.006
Empréstimos e recebíveis:			
Contas a receber de clientes	8	207.503	196.885
Arrendamento mercantil a receber	9a	13.072	3.500
Outros créditos		15.982	6.515
		240.944	211.622

O vencimento dos empréstimos e recebíveis na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	2014		2013	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
Não vencidos	43.766		34.987	-
Vencidos até 30 dias	35.748	(5)	42.665	(6)
Vencidos entre 31-90 dias	48.754	(18)	43.305	(31)
Vencidos entre 91-180 dias	47.020	(98)	35.156	(178)
Vencidos entre 181 - 365 dias	18.829	(238)	30.319	(820)
Vencidos há mais de um ano	50.516	(7.717)	29.245	(7.742)
Total	244.633	(8.076)	215.677	(8.777)

A provisão para perdas por redução no valor a recuperar referem-se às contas a receber de clientes em atraso constituída com base na avaliação individual dos créditos e no histórico de perdas.

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	8.777	5.356
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(1.627)	(1.395)
Provisão para redução ao valor recuperável	926	4.816
Saldo em 31 de dezembro	8.076	8.777

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

2014							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	18	152.831	(152.831)	(93.703)	(56.184)	(1.721)	(1.223)
Empréstimos	17	118.637	(118.637)	(59.919)	(58.718)	-	-
Adiantamentos e créditos de clientes		1.759	(1.759)	(1.759)	-	-	-
Outras contas a pagar		9.529	(9.529)	(9.529)	-	-	-
Arrendamento mercantil a pagar	9b	151	(151)	-	(125)	(26)	-
		282.907	(282.907)	(164.910)	(115.027)	(1.747)	(1.223)

Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps*) para mitigar esses riscos.

A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	USD (000)	
	2014	2013
<i>Em milhares de moeda estrangeira</i>		
Contas a receber (exterior)	169.787	220
Contas a receber (partes relacionadas)	-	107
Estoques - importação em trânsito	1.954	3.151
Estoques - adiantamento a fornecedores (exterior)	469	1.128
Estoques - adiantamento a fornecedores (partes relacionadas)	185	67
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	(41.928)	(15.370)
Fornecedores com exposição em dólar (nacional)	(1.512)	(206)
Fornecedores (exterior)	(54)	(11.835)
Fornecedores (partes relacionadas)	(4.914)	(12.090)
Impostos e contribuições a recolher - impostos de importação	(17.260)	(3.101)
Exposição líquida	106.727	(37.929)

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio.

Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, o vencimento desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo.

Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R\$ 2,6562, idêntica a taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 3,3203 e R\$ 3,9843 respectivamente.

Operação	Moeda	Exposição em USD		Efeito em R\$ no resultado		
		(000)	Risco	Provável	A Possível 25%	B Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	106.727	Aumento da cotação do USD	-	70.872	141.744
Contratos de dólar futuro	USD	24.000	Efeito da proteção do dólar futuro	-	(15.937)	(31.874)
Swap s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	41.928	Efeito da proteção dos swaps	-	(27.842)	(55.685)
			Efeito total no resultado	-	27.093	54.185

b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

	Valor de referência (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)	
	2014	2013	2014	2013
Contratos futuros				
<i>NDFs</i> vencimento 02/01/2014	-	USD 20.000		R\$ 46.852
<i>NDFs</i> vencimento 03/02/2014	-	USD 4.000		R\$ 9.370
<i>Swap</i> s/ empréstimo em moeda estrangeira vencimento em 08/09/2014	-	USD 4.300		R\$ 10.152
<i>Swap</i> s/ empréstimo em moeda estrangeira vencimento em 23/09/2014	-	USD 5.000		R\$ 11.332
<i>Swap</i> s/ empréstimo em moeda estrangeira vencimento em 06/11/2014	-	USD 3.000		R\$ 6.824
<i>Swap</i> s/ empréstimo em moeda estrangeira vencimento em 08/12/2014	-	USD 3.000		R\$ 7.002
			R\$	
NDF's vencimento 02/01/2015	USD 24.000	-	63.749	-
			R\$	
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 16/01/2015	USD 7.952	-	21.122	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 31/01/2015	USD 2.000	-	R\$ 5.312	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 25/02/2015	USD 508	-	R\$ 1.349	-
			R\$	
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 25/02/2015	USD 5.000	-	13.281	-
			R\$	
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 09/03/2015	USD 4.300	-	11.422	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 19/08/2015	USD 3.000	-	R\$ 7.969	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 20/08/2015	USD 3.000	-	R\$ 7.969	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 21/10/2015	USD 5.000	-	R\$13.281	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 23/10/2015	USD 5.000	-	R\$13.281	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 06/11/2015	USD 3.000	-	R\$ 7.969	-
SWAP s/ empréstimo externo Lei 4131 vencimento em 03/12/2015	USD 3.000	-	R\$ 7.969	-

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Companhia auferiu ganho de R\$ 9.477 (ganhos líquidos de R\$ 885 em 2013) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 25).

c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 estão identificados a seguir:

	2014	
	Valor contábil	Valor justo
Ativo		
Ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado:		
Outros investimentos	20	20
Ativos mensurados pelo custo amortizado:		
Caixa e equivalentes de caixa - caixa e bancos	4.387	4.387
Contas a receber de clientes	207.503	207.503
Arrendamento mercantil a receber	13.072	13.072
Outros créditos	15.982	15.892
	240.964	240.964
Passivo		
Passivos mensurados pelo custo amortizado:		
Empréstimos	118.637	118.637
Fornecedores	152.831	152.186
Adiantamentos e crédito de clientes	1.759	1.759
Outras contas a pagar	9.529	9.529
Arrendamento mercantil a pagar	151	151
	282.907	282.262

d. Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

Descrição	2014		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado:			
Outros investimentos	-	20	-
Subtotal	-	20	-

30 Eventos subsequentes

Durante o primeiro trimestre de 2015 a Companhia realizou a captação de R\$ 30.200 de empréstimo *intercompany* para financiamento de seu capital de giro e empréstimos de R\$ 41.054 com instituições bancárias em moeda estrangeira na modalidade Lei 4131

Empréstimos bancários (Lei 4131)

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira na modalidade Lei 4131 captados no primeiro trimestre de 2015 no montante de R\$ 41.054 permanecem em aberto, e referem-se a empréstimos em dólar (USD), com taxas de juros que variam entre 1,75% a 2,51% a.a. e indexados a *Libor + IR + Spread com vencimento entre janeiro e março de 2016*. Foram liquidados R\$ 35.801 referente operações que tinham vencimento no período.

Empréstimos *Intercompany*

O empréstimo na modalidade *intercompany* captado no primeiro trimestre de 2015 no montante de R\$ 30.200 permanece em aberto, e referem-se a empréstimos em dólar (USD), com taxa de juros fixa de 1,93 a.a com vencimento para março de 2016

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Conselho de Administração

Takayuki Morita
Presidente do Conselho de Administração

Masazumi Takata
Substituto do Presidente do Conselho de
Administração

Kunio Kondo
Conselheiro

Yutaka Matsushita
Conselheiro

Hiroya Nakata
Conselheiro

Kimihiko Fukuda
Conselheiro

Mayuko Kayoiji
Conselheiro

Hiroyuki Sekizawa
Conselheiro

Diretoria

Atsushi Kuroda
Presidente

Yutaka Ashida
Vice Presidente Econômico
Financeiro

Daniel Gustavo Mirabile
Diretor Geral das Operações Brasil

Yasuhiro Koyama
Diretor Geral Adjunto das Operações Brasil

Hiromi Furumoto
Diretor de Controle e Finanças

Controladoria

Flávio Hirata
Controller

Hiromi Furumoto
Contador - CRC/SP 122033